

# A representação do papel do professor em um livro didático de língua portuguesa

Luzia Bueno\*

Juliana Pimentel Ajala\*\*

## Introdução

O senso comum parece concordar que o professor é peça fundamental para a organização e crescimento da sociedade, no entanto, o professor é frequentemente negligenciado a ponto de muitas vezes chegar ao desrespeito. Durante a História da Educação, desde a Grécia Antiga até nossos dias, o professor e sua função foram percebidos de maneiras distintas. Sua figura e representatividade foram mudando com o tempo e a (des)valorização deste profissional sofre alterações diversas, de acordo com o momento histórico em que se vive.

Na construção dessa imagem de professor, a linguagem verbal e a não-verbal tem um papel fundamental, segundo Bronckart (2008), uma vez que, por meio dela, constroem-se figuras interpretativas do agir, ou seja, pela escolha da materialidade que compõe os textos, criam-se figuras de heróis, de vítimas, de seres que podem ser invisíveis ou negligenciados. Nota-se, assim, a importância de se verificar nos textos como as imagens são construídas, uma vez que eles podem atingir muita gente e contribuir para a solidificação de discursos errôneos ou preconceituosos. Um desses materiais escritos que pode atingir muita gente é o livro didático que está presente na formação de muitos alunos brasileiros, podendo, assim, divulgar imagens e reforçar discursos.

---

\* Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade São Francisco onde coordena o grupo de pesquisa Alter-lege. Realizou estudos pós-doutorais na Unicamp. Doutora pela Puc-SP e mestre pela Unicamp em Linguística Aplicada. Especialista em Educação e Tecnologias pela Ufscar. Graduada em Letras e Ciências Sociais pela Unicamp.

E-mail: luzia.bueno@usf.edu.br

\*\* Professora efetiva de Língua Portuguesa no município de Jundiá e no momento exerce a função de Coordenadora Pedagógica. É graduada em Letras e Pedagogia e possui Especialização em Gramática e Textos de Língua Portuguesa e em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Atualmente é mestrande pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, na Universidade São Francisco.

E-mail: jpajala77@gmail.com

Neste artigo, pretende-se então conhecer qual o papel do professor na contemporaneidade divulgado para os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, através do livro didático de língua portuguesa, oferecido em maior quantidade pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático<sup>1</sup> (PNLD), 2019-2021, ao público em questão.

Para tanto, foi feita uma breve revisão bibliográfica, sobre o trabalho do mestre-professor no decorrer da História da Educação Ocidental, partindo da Antiguidade Grega até chegar em nossos dias. A fim de atingir este objetivo específico, as informações históricas foram levantadas a partir de pesquisas envolvendo livros e artigos, de autores como Kant, Jaeger, Aranha, Saviani, entre outros.

Na sequência, foi feita uma busca no livro didático da coleção “Buriti mais português”, da editora Moderna, do 3º ano, do Ensino Fundamental, pela palavra “professor/professora”, e por imagens que o/a representassem, para que então o contexto no qual estivessem inseridas fosse analisado e se pudesse inferir qual o tipo de professor que se apresenta à criança estudante do 3º ano do referido segmento educacional.

Em posse das informações sobre a função do mestre-professor levantadas na revisão bibliográfica e dos excertos e respectivos contextos nos quais aparecem a palavra professor ou professora e as imagens que os representam no livro didático, pudemos comparar as situações e as percepções daquilo que se entende como função e papel do professor, buscando por semelhanças e/ou diferenças que nos ajudassem a entender como o professor do século XXI vem sendo apresentado implicitamente aos estudantes dessa ano/série por meio do discurso pedagógico presente no livro didático investigado.

A escolha por este livro ocorreu devido ao fato de ele fazer parte da coleção oferecida aos alunos brasileiros gratuitamente pelo PNLD em maior escala, por todo o território nacional. Optou-se ainda pelo livro do 3º ano, porque teoricamente este é o ano pós-alfabetização, ou seja, o primeiro ano em que o aluno tem mais autonomia para manusear o livro, lê-lo sozinho e, portanto, começar a fazer as suas próprias inferências, reflexões e interpretações daquilo que lê. A escolha pela análise do livro didático teve como finalidade o entendimento de como esta ferramenta importantíssima (e em alguns casos, única) no contexto educacional atual corrobora com a construção e

---

<sup>1</sup> O PLND é um programa que tem como objetivo avaliar e disponibilizar livros e matérias didáticos e pedagógicos de forma sistemática e gratuita a todas as escolas públicas e outras sem fins lucrativos, desde que conveniadas com o Poder Público, em todo o território nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

disseminação da figura e importância do professor não só para o aluno, mas para o próprio professor, para a escola e a para a sociedade no geral, já que o livro didático e as informações implícita ou explicitamente nele contidas ultrapassam largamente as paredes da instituição escolar.

## **Algumas visões sobre o papel do professor no decorrer da História**

Nesta seção serão expostas algumas das visões a respeito da função do professor colocadas por grandes filósofos e pensadores de nossa História Ocidental. Iniciamos com a visão de Immanuel Kant (1999, p. 11), quando afirma que “o homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Conseqüentemente, o homem é infante, educando e discípulo”, logo, podemos concluir que se o homem precisa ser educado, entende-se que a presença do educador (formal ou informal) é de fundamental importância.

Wilhelm Jaeger (2001) afirma que todo povo que atinge um certo grau evolutivo inevitavelmente sente a necessidade da prática educacional, já que percebe a necessidade de, por meio da razão consciente, transmitir, conservar e propagar seus conhecimentos de ordem física e espiritual às futuras gerações.

Entender como ocorre o conhecimento humano está intrinsecamente ligado à função que deve ser exercida pelo professor, e entender algumas concepções epistemológicas envolvidas no ensino fazem-se, então, desejáveis. Sartori Leonardo Porto (2006) traz-nos três concepções distintas, mas que se completam no sentido de entendermos o nosso contexto histórico atual, são elas: A concepção Idealista, a Empírica e a Transcendental. A primeira concepção tem como seus principais representantes os filósofos Platão e Santo Agostinho, que entendiam o Idealismo como o conhecimento pautado em uma realidade não sensível, mas composta por ideias. Para eles, o papel do professor é conduzir o aluno na descoberta do conhecimento que está latente em seu interior, ou porque já possui tais conhecimentos, como defendia Platão, e então é apenas uma questão de rememoração; ou porque possui uma inspiração divina que habita todos nós, de acordo com Santo Agostinho. A concepção Empirista, de John Locke, enfatiza que todo conhecimento sobre objetos reais procede das experiências, e neste contexto, o papel do professor é de preparar o aluno para usar corretamente o entendimento sobre as coisas, de forma que este chegue a tal entendimento por meio do raciocínio construído a partir do que já conhece; o professor deve portanto aguçar a curiosidade do aluno e num segundo momento ajudá-lo a aprimorar suas habilidades, de forma que o aprendiz sempre tenha uma postura ativa.

Por fim, a terceira concepção é a Transcendental, e consiste na superação da dicotomia entre as duas primeiras concepções; essa corrente tem como seus principais representantes os filósofos São Tomás de Aquino e Kant. O primeiro traz uma visão de cunho mais religioso, no entanto, eles acabam concordando que o homem possui em potência a capacidade de aprender, e que o homem cria a si mesmo (princípio da autonomia elaborado por Kant) de forma que o papel do professor para o primeiro era de conduzir o aluno rumo aquilo que ele ainda ignora, e para o segundo, cabia ao professor treinar o aluno nas regras do entendimento de forma prática e reflexiva. Kant, inclusive, indica o método socrático, no qual o professor guia o aluno, fazendo-o refletir.

Ao tratar do método socrático, é importante retomar, conforme Jaeger (2001), o conceito de Paideia, ou seja, a formação do Homem grego<sup>2</sup>, que era voltada para o seu caráter particular e desenvolvimento histórico, preconizando a construção de um Homem ideal, consciente de si, de sua importância e que se reconhecesse como parte de um todo muito maior e mais complexo. De acordo com essa visão, o educador tem o “poder” de “esculpir” o Homem vivo, transformando-o em um ser consciente de sua essência física e espiritual.

Sócrates defendia o princípio do conhecimento de si, do cuidado de si e do cuidado do outro. Silveira, Mascia e Azevedo (2020) lembram que, segundo Foucault, essa noção complexa e rica do “cuidar de si” avançou pela cultura grega e com os latinos; porém para que houvesse todo esse cuidado e conhecimento era importante a figura do mestre (o outro), aquele que tem a competência para transmitir saberes, habilidades e virtuosidades, por meio do exemplo e do diálogo, levando o discípulo a descobrir sua ignorância e desejar sair dela.

No Brasil, durante mais de 200 anos, no período colonial, tivemos a presença dos jesuítas, cuja principal função era a catequização. Para tanto, de acordo com Creusa Capalbo (1978), eles primeiro aprendiam a língua local, a fim de evangelizar o povo. Além disso, para a formação desse professor, cuja metodologia deveria ser ativa, era indispensável a formação do caráter ou moral, na qual as virtudes preconizadas pelo cristianismo eram pré-requisitos, assim como possuir uma visão psicológica. Em seguida, exigia-se a formação intelectual das letras clássicas, da filosofia e da teologia. Ainda nesse contexto, após a reforma de 1832 do *Ratio Studiorum*<sup>3</sup>, ao professor cabia

---

<sup>2</sup> Na verdade, “Homem grego” era uma ideia bem restrita de homem se comparada com o conceito de homem, humano, cidadão que temos atualmente, pois do grupo “homem grego” excluem-se as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

<sup>3</sup> Segundo Capalbo (1978, p. 43) “a *Ratio Studiorum* se refere à ordem e ao método dos estudos, feitos sob a forma de códigos “de leis e processos educativos”, esse método pedagógico durou por praticamente dois séculos.

ensinar por meio de lições estruturadas de cunho principalmente formativo, mas também informativo, visando desenvolver no aluno a capacidade de análise, crítica, imaginação, raciocínio e a memorização, sem esquecer da “formulação correta de juízos” (p. 46). O aluno era incentivado a aprender e decorar por meio da competição e do castigo. O mérito da boa aprendizagem era recompensado com a possibilidade de seguir o próximo passo de aprendizagem.

No século XVIII, temos a marcante presença de Rousseau, importante filósofo genebrino, que, apesar de ter vivido entre os enciclopedistas, antecipou o romantismo por voltar-se à natureza e aos sentimentos, acreditava no cidadão ativo, soberano e capaz de autonomia, por isso, quando se referia à educação, defendia a centralização da pedagogia no aluno e não mais no professor. Foi ele quem primeiro ressaltou a especificidade da criança, o ser criança e não um miniadulto. Na visão desse filósofo, o professor teria como função transformar a criança em um homem que soubesse viver, que tivesse uma vocação essencialmente humana, que tivesse não apenas suas capacidades intelectuais desenvolvidas, mas também seus sentidos, sentimentos, sensações, instintos, e para tanto, o professor não poderia transmitir conceitos sobre virtude ou verdade, para evitar a criação de preconceitos; por outro lado, precisava ensinar o indivíduo a lidar com os próprios desejos e a conhecer seus limites. De acordo com Aranha (2006, p. 209), a função do professor neste caso é bastante delicada, pois “se não deve impor o saber à criança, tampouco pode deixá-la no puro espontaneísmo”.

Aquilo que hoje chamamos de Escola Tradicional aconteceu em um longo período no tempo considerado relativamente estável, que compreende desde o século XVI até o século XX. Nesta fase, muitas foram as tendências que se articularam com esta denominação. De acordo com Saviani (2018), na escola tradicional o ensino é centrado no professor, aquele que detém o conhecimento e o transmite ao aluno por meio de aulas expositivas e seguindo os cinco passos propostos por Herbart (1. Preparação; 2. Apresentação; 3. Comparação e Assimilação; 4. Generalização; 5. Aplicação). E os pais, principalmente, das crianças pobres, entendem que para aprender é necessária a aquisição de conhecimentos ricos, e então exigem dos professores, e da autoridade que lhe compete, a disciplina, de forma que

[...] o papel do professor é o de garantir que o conhecimento seja adquirido, às vezes, mesmo contra a vontade imediata da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade (SAVIANI, 2018, p. 40).

E Aranha (2006, p. 214-215) complementa, enfatizando que na visão de Herbart “é enorme a importância do professor que educa os sentimentos e os desejos dos alunos mediante o *controle de suas ideias*” (grifo nosso). Porém, mais adiante, na expectativa de superar essa escola controladora, a autora explica que “a dificuldade de assimilação das novas teorias pedagógicas com frequência criou um professor ‘híbrido’, que pensava estar aplicando técnicas novas, mas se encontra preso a concepções tradicionais, que se refletem na sua maneira de ver o mundo” (ARANHA, 2006, p. 217).

Porto (2006) lembra que no início do século XX, John Dewey, um dos maiores teóricos da Escola Nova, entende que a tarefa do professor é desenvolver no aluno a capacidade de interpretar a experiência, ou seja, o professor deve planejar atividades desafiadoras de pesquisa e que estejam de acordo com os interesses, com a vida dos alunos. O autor menciona ainda Max Black, filósofo norte-americano, que acrescenta que é preciso ensinar por meio de exemplos.

No Brasil, os maiores representantes do movimento escolanovista são Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Para Anísio Teixeira,

[...] é preciso dar condições para que o aluno desenvolva uma atitude científica, que aprenda por si mesmo, o que não é possível pela distribuição de disciplinas separadas, ministrada por professores em compartimentos estanques. A escola deveria ser o lugar da elaboração de projetos, que exigem reflexão, intensa atividade participativa e que levam à conquista progressiva da autonomia e da responsabilidade do educando (ARANHA, 2006, p. 229).

Segundo Snyders, pedagogo progressista francês, citado por Aranha (2006, p. 272-273), cabe ao professor encaminhar os alunos “[...] a noções, a formas de ação e de atitude às quais eles não chegariam por si mesmos”, por meio da discussão, confronto e diálogo a partir dos conteúdos, já que o conhecimento prévio do aluno tende a ser fragmentado e muitas vezes contraditório.

Na década de 1960, no Brasil, temos Paulo Freire, também educador progressista, defensor da pedagogia libertadora e da inclusão da conscientização do indivíduo no sentido de perceber a sua própria condição como indivíduo, e aqui o professor fará este papel de conscientizador, que oferece, por meio da conscientização e politização, a oportunidade de o aluno transformar a sua realidade. Conforme Aranha (2006, p. 274), Freire defendia uma relação dialógica e reflexiva entre o professor e o aluno, de forma que houvesse sempre troca, nunca imposição.

Porém, durante o período da ditadura militar no Brasil, houve a implantação da tendência tecnicista na educação, inspirada em ideias norte-americanas, que propunham um modelo tecnocrático o qual envolveria todos os níveis de educação (ARANHA, 2006, p. 46). De acordo com Aranha (2006, p. 231), cabe ao professor executar na sala de aula aquilo que ele planejou antecipadamente, estabelecendo e ordenando metas de forma objetiva, possibilitando mensurar e averiguar de forma clara e evidente, por meio de avaliações, se as metas elencadas foram atingidas pelo aluno. Neste contexto, pode-se afirmar que o professor é um técnico assessorado por outros técnicos, por meio de recursos tecnológicos diversos (livros didáticos, filmes, slides, telensino, computadores).

De acordo com a mitologia Greco-romana, Prometeu roubou o fogo divino e o deu ao homem. Com o domínio do fogo, o homem tornou-se a criatura mais especial dentre todas. O fogo pode ser considerado a metáfora do conhecimento, pois o seu controle, ou melhor, o conhecimento para se controlar o fogo, assim como todas as outras formas de conhecimento, é o que diferencia o homem dos outros animais. E se Prometeu deu o conhecimento ao homem, ele poderia ser comparado ao professor, ao mestre. O triste desta história é que Prometeu foi condenado a sofrer eternamente por este seu ato. Diz que Júpiter mandou acorrentá-lo num rochedo, onde um abutre comia-lhe o fígado, que se renovava incessantemente. No entanto, Prometeu não se arrependeu e tornou-se “símbolo da abnegada resistência a um sofrimento imerecido e da força de vontade de resistir à opressão” (BULFINCH, 2001). Se fizermos um paralelo com a condição atual do professor, talvez encontremos semelhanças entre este e Prometeu, pois a condição de luta e sofrimento por promover o conhecimento continua fazendo parte da realidade docente, de uma maneira diferente, é claro, porém parece que o professor continua sendo símbolo de “resistência à opressão”.

Silveira, Mascia e Azevedo (2020, p. 291) lembram que para Michel Foucault, grande crítico da escola tradicional do século XX, “o mestre é aquele que cuida do cuidado que o sujeito tem de si mesmo e que, no amor que tem pelo seu discípulo, encontra a possibilidade de cuidar do cuidado que o discípulo tem de si próprio”, e talvez seja por conta desta ideia que alguns atualmente justificam o baixo salário do professor, dizendo que este deve trabalhar “por amor ao ofício”. Não que o amor ao ofício não seja importante, no entanto, ele não é suficiente para que esse profissional tenha condições de continuar realizando seu trabalho com dedicação, qualidade e de forma digna.

Em programas jornalísticos e na mídia em geral encontramos com muita frequência notícias sobre professores desrespeitados, agredidos, humilhados, em situações deploráveis, que trabalham em três períodos a fim de conseguir sustentar

seus filhos. Estamos vivendo essa situação, basta olhar para os lados, abrir um jornal ou acessar um website de cunho jornalístico! Por outro lado, percebemos campanhas populares de valorização aos profissionais da área educacional, numa tentativa de minimizar as dificuldades pelas quais os professores passam todos os dias, no entanto, os resultados ainda são mínimos.

Talvez, estejamos ainda vivendo as consequências da “Ilusão Liberal” da Escola Nova, já que

[...] a crítica ao autoritarismo da velha escola – justa, sem dúvida – não reconhece a assimetria da relação professor-aluno e não raramente descamba em ausência de disciplina [...]. Outra dificuldade decorreu do risco do *puerilismo*, ou seja, a supervalorização da criança e a conseqüente depreciação do adulto. Como resultado, tanto se deu a minimização do papel do professor, como a sua quase ausência nas formas extremas de não diretividade (ARANHA, 2006, p. 230).

Apesar de todas as dificuldades vividas pela classe docente, a BNCC oriente para que os estudantes aprendam tanto os saberes quanto a capacidade para mobilizá-los e aplicá-los, sendo assim, entende-se que a função da escola e, portanto, do professor é criar alternativas, estratégias e possibilidades para que os alunos atinjam o objetivo posto.

Segundo Imbernón (2011, p. 12), estudioso que trabalha com a questão da formação docente, devido à mudança radical advinda das estruturas científicas, sociais e educativas, é preciso que a instituição e a profissão docente sejam readequadas.

Historicamente, a profissão docente é vista como “semiprofissão”, tanto é assim que há a crença de que se alguém tem algum conhecimento, esse alguém pode passá-lo para frente, mesmo sem ser professor. Uma outra questão muito comum é a crença de que a profissão docente não seja um trabalho (provavelmente todo professor em algum momento já ouviu a célebre pergunta: “Professor, você trabalha ou só dá aula?). A esse respeito, Aranha (2006, p. 44) lembra que chamar a professora de “tia” ou defender que esta profissão é um sacerdócio, são formas de “depreciar o trabalho do mestre”; além disso ela recorda que a tendência à feminização do magistério se dá por conta do desprestígio da profissão e a baixa remuneração, o que evidencia um outro problema social – nossa sociedade sexista –, mas que não será discutida neste artigo a fim de que não fuja ao nosso objetivo.

A seguir, buscaremos entender como a função e papel docente são apresentados aos estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental.



## O professor e sua representação no Livro Didático

Para entender o papel do livro didático no que se refere a (des)valorização do professor, optou-se pela análise do livro “Buriti mais Português”, do 3º ano do Ensino Fundamental – série/ ano em que se entende que a criança já sabe ler e, portanto, adquiriu mais autonomia para o uso do livro didático. A escolha por esta coleção deu-se devido ao fato de esta ser a coleção que teve maior distribuição pelo Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), no período de 2019 a 2022, no território nacional, entendendo-se assim que é a coleção que tem maior influência em âmbito nacional.

O corpus foi constituído a partir de ocorrências da palavra “professor” presentes no livro, assim como imagens que representam sua figura. Deste levantamento, constatou-se que há apenas uma imagem representativa do professor (na verdade uma professora), vinte vezes em que a palavra “professor(a)” é mencionada e 1 vez em que a referência à professora é feita por meio do pronome anafórico de tratamento “senhora”.

A partir deste levantamento e da análise do contexto em que estão inseridas as palavras “professor” e a imagem da professora, percebeu-se que o professor aparece em diversas situações, as quais serão explicitadas a seguir por meio de alguns exemplos retirados do próprio *corpus*.

Figura 1 - Exemplo

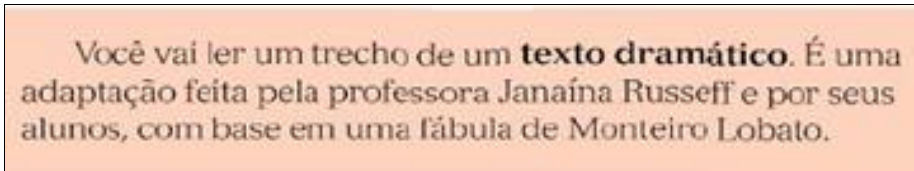


Fonte: “Buriti mais Português”, 3º ano, p. 17.

A professora está em uma posição de autoridade, por um lado, já que pediu algo ao aluno e ele a está obedecendo. O aluno entrega ao Sr. Osvaldo (provável superior da professora, um coordenador ou diretor) as redações, ou seja, de alguma maneira temos

uma professora na posição de quem presta contas a alguém que de alguma forma está supervisionando o seu trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo que aparece a figura da professora como autoridade com relação ao aluno, mostra também como alguém que presta contas de seu trabalho e da aprendizagem de seus alunos, quer dizer, é possível notar que a aprendizagem é controlada, não só pela professora, mas também pela instituição para a qual trabalha. Além disso, essa charge pode estar reverberando implicitamente uma situação alertada por Aranha (2006, p. 50) ao citar Jurandir Freire Costa, que afirma que “numa sociedade autoritária, ditatorial, a opressão é fundada basicamente na rotina e na burocracia”.

### Figura 2 - Exemplo

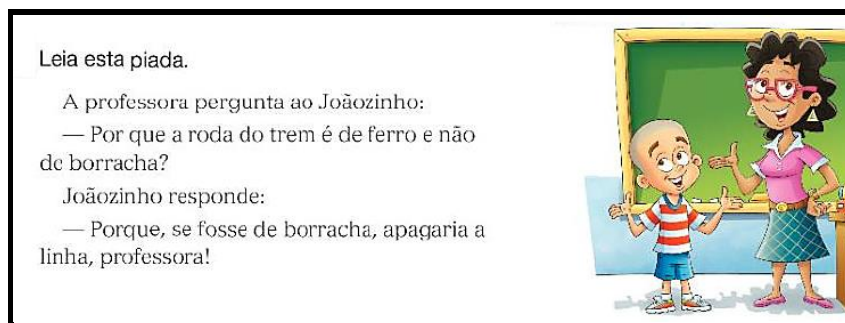


Você vai ler um trecho de um **texto dramático**. É uma adaptação feita pela professora Janaína Russeff e por seus alunos, com base em uma fábula de Monteiro Lobato.

Fonte: “Buriti mais Português”, 3º ano, p. 72.

A professora aparece como orientadora de uma atividade intelectual, literária; como alguém que tem uma posição de destaque e liderança e conduz os alunos na produção de um produto bem-feito, acabado e que merece a atenção de outras pessoas. Ou seja, a professora tem uma posição importante, traz um conhecimento cultural aos alunos quando toma como base um texto literário de Monteiro Lobato e então podemos pensar em algumas características da escola tradicional; porém a participação do aluno foi ativa e está sendo valorizada, característica percebida nos ideais da Escola Nova; isto, aqui temos um exemplo de equilíbrio entre características positivas de dois momentos distintos e então, pedindo licença a Saviani, podemos afirmar que de um extremo ao outro a vara finalmente atingiu a posição mais adequada.

### Figura 3 - Exemplo



Fonte: “Buriti mais Português”, 3º ano, p. 193.

No quadro acima temos duas ocorrências da palavra professora e a imagem de uma professora. Com relação à imagem, a professora encontra-se à direita, posição que segundo a “Gramática do Design Visual”, de Kress e Van Leeuwen (2006), costuma ser ocupada pelo que é novo, então a professora pode ser colocada como aquela que traz o novo. Ela usa óculos que pode ser a representação simbólica daquele que é inteligente, que detém o conhecimento. Ela é sorridente o que nos permite afirmar que apesar da resposta de brincadeira do aluno, ela o acolhe, não pune, tratando-o como a criança que é. É possível afirmar ainda que a mão na cintura indica que há uma certa postura de repreensão, porém que é feita de forma carinhosa, sem punição, apesar da brincadeira. Um outro ponto interessante é o fato de os olhos de ambas as personagens estarem voltados para direções opostas, o que pode ser uma informação importante, isto é, pode estar evidenciando que professora e aluno estão em posições distintas e olham para caminhos diferentes, que tem objetivos opostos; o que compõe, inclusive, uma pista que ressalta o conflito existente na educação atualmente.

Na primeira ocorrência da palavra “professora”, está é colocada na posição de quem orienta e procura levar o aluno ao conhecimento por meio de perguntas que o façam refletir, ou, por outro lado, que procurem verificar sua aprendizagem ou memorização de um determinado conteúdo (pelo contexto não é possível definir a intenção da professora). Mas pela postura do aluno e o reforço da imagem, é possível inferir que a intenção não é verificar a se houve memorização de um conteúdo, mas, provavelmente, seja uma forma de levar o aluno a raciocinar e/ou refletir sobre algo (neste caso, o porquê de as rodas do trem serem de ferro). Já na segunda ocorrência, temos um vocativo usado pelo Joãozinho, que, por meio do contexto, e associada à imagem ao lado, evidencia uma relação de intimidade com a professora, alguém com quem se pode, inclusive, brincar.

A análise conjunta – linguagem verbal e linguagem não verbal – do exemplo 7, reflete uma ideia escolanovista na qual o aluno é o centro, o professor não é uma autoridade no sentido tradicional a quem se deve respeito e obediência, mas alguém íntimo, com quem se pode ter, inclusive, uma relação afetiva. Neste caso, o aluno real, aquele que usa o livro didático, se não for muito bem orientado, pode entender que tem a permissão de brincar com o professor e, então, é preciso lembrar que o limite entre o brincar com o professor e a falta de respeito com ele constitui-se por uma linha bem tênue.

Por fim, a partir dos exemplos aqui registrado e comentados, e a partir da análise das outras ocorrências presentes no livro didático alvo desta pesquisa, encontramos o professor em posições diversas: três vezes como exemplo de leitor, seis vezes como organizador de atividades (que poderiam ser feitas por qualquer pessoa e não necessariamente um professor), duas vezes com autoridade, duas vezes como condutor de atividade intelectual, cinco vezes na posição daquele que detém o saber, uma vez como alguém que trabalhou junto aos alunos e que em grupo produziram um trabalho louvável e, por fim, uma vez como aquele que presta contas a um superior.

Enfim, a partir dos exemplos acima expostos e da análise das outras ocorrências presentes no livro, podemos fazer algumas considerações, que serão vistas na seção a seguir.

## **Considerações finais**

Finalmente, é possível afirmar que, a partir da revisão bibliográfica na qual buscamos por indícios da percepção que se tem do mestre-professor ao longo da História Ocidental da educação, e da comparação do resultado dessa busca com os contextos nos quais a palavra professor/professora, bem como a imagem que representa esse profissional, aparece no livro didático do 3º ano do Ensino Fundamental, de maior circulação nas escolas públicas do território nacional, alcançamos o nosso objetivo que era entender qual é o tipo de professor que vem sendo apresentado implicitamente, assim como se há um movimento de (des)valorização docente, por meio deste instrumento de ensino-aprendizagem, ao estudante do referido ano de escolarização.

É importante entender a trajetória do mestre ao longo dos anos, pois da construção advinda de cada fase formou-se o que conhecemos hoje como professor. Ou seja, o professor é uma construção sócio-histórica-política, cuja representação pode ir se alterando no decorrer do tempo.

A partir do que constatamos com a análise proposta, fica evidente que o livro didático analisado apresenta uma valorização da função docente, pois na maior parte das ocorrências, o professor é posto em um lugar de respeito e de intelectualidade, ou ainda como alguém que está próximo ao aluno, conduzindo-o no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Imbernón (2011, p. 14),

Hoje a profissão docente não é a transmissão de um conhecimento acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente.

Este autor fala muito em formar o docente a fim de superar a alienação profissional, desenvolvendo nele capacidades reflexivas, abrindo caminho para uma verdadeira autonomia profissional. Conforme Demerval Saviani (2018), quando ao se referir à maneira como o professor contribui para o crescimento e desenvolvimento de seu aluno ele explica que

[...] tal contribuição será tanto mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender os vínculos da sua prática com a prática social global. Assim, a instrumentação desenvolver-se-á como decorrência da Problematização da prática social, atingindo o momento catártico que concorrerá na especificidade da matemática, da literatura etc., para alterar qualitativamente a prática de seus alunos como agentes sociais (SAVIANI, 2018, p. 64).

Quer dizer, o mestre-professor tem uma missão e uma responsabilidade muito maior do que se poderia imaginar há algum tempo, pois precisa estar atento à realidade social na qual seu aluno está inserido, e às políticas públicas de educação, além de realizar a formação continuada permanente procurando se instrumentalizar no que concerne as metodologias mais adequadas para a aprendizagem individual e coletiva, as formas como o cérebro aprende, maneiras de adequar os currículos que muitas vezes são impostos às necessidades de seu público, dominar as ferramentas tecnológicas tão úteis e necessárias. Assim, a partir de uma visão ampla do contexto no qual está inserido, poderá agir de forma a tornar a docência em uma profissão verdadeiramente reconhecida pela sua importância, respeitada e atrativa, de maneira que o estudante, desde muito cedo, (assim como todos os envolvidos no processo educacional direta ou

indiretamente) reconheça o professor como um profissional a quem se deve respeito, confiança e admiração, além de ser com quem pode-se trabalhar em parceria a fim de todos poderem se desenvolver.

## Referências

ARANHA, M. L. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

ARANHA, M. L. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

BRONCKART, J. P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

BULFINCH, T. **O Livro de Ouro da Mitologia**: História de Deuses e Heróis. Trad. David Jardim Junior. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CAPALBO, C. As Raízes Históricas da Filosofia e da Educação no Brasil. In: CRIPPA, A. (Org.) **As Ideias Filosóficas no Brasil**: século XX. São Paulo: Convívio, 1978. p. 39-83.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. Tradução: Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JAEGER, W. **Paideia**: A Formação do Homem Grego. Tradução: Artur M. Parreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Tradução: Francisco Cock Fantanella. 2. ed. rev. Piracicaba: Unimep, 1999.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images**: The Grammar of Visual Design. 3. ed. London: Routledge, 2021.

PORTO, S. L. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 43. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2018.

SILVEIRA, C. R.; MASCIA, M. A.; AZEREDO, L. A. Filosofia e Educação como “Modo de vida”: o cuidado de si, do outro e o agradecimento a Asclépio. **Educação e Filosofia**, [S.l.] v. 34, n. 70, p. 279-306, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v34n70a2020-51259>>. Acesso em: 24 abr. 2021.